



UMA APRECIÇÃO DA RELAÇÃO DE GASTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E AS SUAS IMPLICAÇÕES QUANTO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA, PERNAMBUCO.

AN ASSESSMENT OF THE RELATIONSHIP OF EXPENDITURE ON PUBLIC POLICIES IN EDUCATION AND ITS IMPLICATIONS ON SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT IN SERRA TALHADA CITY, PERNAMBUCO STATE.

UNA APRECIACIÓN DE LA RELACIÓN DE GASTOS EN POLÍTICAS PÚBLICAS EN EDUCACIÓN Y SUS IMPLICACIONES EN EL DESARROLLO SOCIOECONÓMICO EN EL MUNICIPIO DE SERRA TALHADA, PERNAMBUCO

José Diêgo Lima do Nascimento

Especialista em Gestão Pública
(UNIVASF)

Av. José de Sá Maniçoba, s/n, Centro, 56304-917 – Petrolina/PE, Brasil

Email: nascimento.jdl@gmail.com

Edilson Pinheiro Araújo

Mestre em Economia
(UFC)

Coordenador do curso de Administração
(UNIVASF)

Email: edilson.araujo@univasf.edu.br

RESUMO

A análise deste trabalho tem como objetivo averiguar a relação entre gastos públicos em educação e a sua eficácia quanto ao desenvolvimento socioeconômico no município de Serra Talhada, Pernambuco, com base em diversas literaturas, em especial, o Sumário Executivo. O presente artigo trata das relações de estratégias governamentais para a promoção social e a sua eficácia. Utilizou-se o método de revisão de literatura, sendo configurado o estudo relacionado à avaliação de desempenho, apreciando designadamente a mensuração de eficiência dessas políticas por meio da fronteira de produção estocástica. Por meio da aplicação de ferramentas metodológicas, constatou-se a necessidade em debater fatores de eficiência e/ou ineficiência com que são utilizados os gastos públicos para o desenvolvimento local. Os resultados alcançados corroboram para a observação de que uma gestão desestruturada e descentrada em projetos basilares não instituem em seu escopo, metas alcançadas e minimização dos custos, comprometendo a qualidade de bem estar social, embora que os efeitos de políticas de investimento em educação ainda não possuem

Recebido em 03.09.2018. Publicado em 21.05.2019



Licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 United States License

significância evidente em relação ao município analisado, visto a indisponibilidade em tratar os dados por conta da quantidade ainda insuficiente de dados para apreciação.

Palavras-Chave: Gastos públicos; Educação; Eficácia; Desenvolvimento Socioeconômico; Serra Talhada.

ABSTRACT

This study has the aim of investigating the relationship between government spending on education and its effectiveness in socioeconomic development in Serra Talhada city, Pernambuco State, based on several literatures, especially the Executive Summary. This article deals with the relationship of governmental strategies to social promotion and its effectiveness. The literature review method was used, and the study related to the performance evaluation was set up, namely evaluating the efficiency measurement of these policies through the stochastic production frontier. Through the application of methodological tools, it was verified the need to discuss factors of efficiency and / or inefficiency in which public expenditures for local development are used. The results obtained corroborate the observation that unstructured and decentralized management in basic projects do not establish goals and costs minimization, compromising the quality of social welfare, although the effects of investment policies on education have not been achieved, since the unavailability of data is not sufficient due to the still insufficient amount of data to be analyzed.

Keywords: Government spending; Education; Efficiency; Socioeconomic Development; Serra Talhada City.

RESUMEN

El análisis de este trabajo tiene como objetivo averiguar la relación entre gastos públicos en educación y su eficacia en cuanto al desarrollo socioeconómico en el municipio de Serra Talhada, Pernambuco, con base en diversas literaturas, en especial, el Resumen Ejecutivo. El presente artículo trata de las relaciones de estrategias gubernamentales para la promoción social y su eficacia. Se utilizó el método de revisión de literatura, siendo configurado el estudio relacionado a la evaluación de desempeño, apreciando en particular la medición de eficiencia de esas políticas por medio de la frontera de producción estocástica. Por medio de la aplicación de herramientas metodológicas, se constató la necesidad en debatir factores de eficiencia y / o ineficiencia con que se utilizan los gastos públicos para el desarrollo local. Los resultados alcanzados corroboran para la observación de que una gestión desestructurada y descentralizada en proyectos basales no instituye en su ámbito, metas alcanzadas y minimización de los costos, comprometiendo la calidad del bienestar social, aunque los efectos de políticas de inversión en educación aún no y en el caso de que se produzca un cambio en la calidad de la información.

Palabras clave: Gastos públicos; la educación; eficacia; Desarrollo Socioeconómico; Serra Talhada.

1. INTRODUÇÃO

Ao analisar uma economia, são avaliadas inicialmente as variáveis de produto, taxa de desemprego e taxa de inflação (BLANCHARD, 2006). Tal exame de indicadores decorre da sintonia que estão correlacionados ao momento econômico de um Estado. Embora os indicadores econômicos sinalizem o andamento de uma economia, não repercute nos padrões de qualidade de vida de uma nação, visto que um país pode apresentar elevadas taxas de

crescimento de seu PIB (Produto Interno Bruto), e baixíssimas taxas de elevação de seu Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH), como é o exemplo da China (WORLD BANK).

Os primeiros questionamentos voltados ao que é desenvolvimento econômico surgiram por meio da escola fisiocrática durante o século XVIII, como uma tentativa de explicar os entraves ao crescimento econômico e à distribuição de renda, em consequência dos períodos de elevada crise provenientes do sistema capitalista (BRUE, 2004). Não obstante das primeiras análises realizadas quanto ao crescimento e desenvolvimento econômicos, um dos fatores mais pertinentes para averiguação do crescimento em correlação ao desenvolvimento de um país é seu Coeficiente de GINI, que é um indicador cuja finalidade consiste em sintetizar, de forma assimétrica em um único valor, a desigualdade na distribuição de renda, isto é, de que modo os investimentos e a elevação no desenvolvimento de um país reflete no padrão de vida da camada social com menor poder aquisitivo (LETTIERI e PAES, 2006). De tal modo, o planejamento estratégico de combate à pobreza e dessemelhanças sociais deveria ser de constante frequência em pautas de políticas públicas.

De acordo com Ribeiro (2015), políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de ações e programas oferecidos pelo Estado, no intuito de promover melhorias ao bem público, gerando qualidade de vida à sociedade. Todavia, tais ações podem ser desenvolvidas pela esfera pública em parcerias com organizações não governamentais, como também com a esfera privada. No Brasil, as transferências de renda foram iniciadas com a Constituição Federal de 1988, e posteriormente com Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, que priorizava as transferências de rendimentos aos idosos e também aos portadores de necessidades especiais, possibilitando que essas pessoas obtivessem rendimentos que os auxiliassem em sua subsistência.

A partir das legislações existentes, e tendo em vista expandir novas políticas públicas de caráter assistencialista, a Administração Pública buscou dar ênfase à promoção de novas políticas sociais que tivessem como foco o desenvolvimento da nação, de tal modo ampliando o acesso e inclusão da população de menor poder aquisitivo aos direitos básicos, tais como saúde, educação e habitação. Deste modo, o combate à pobreza e dessemelhanças tornar-se-ia uma das principais pautas das políticas públicas nacional. Segundo Ribeiro (2008), políticas públicas podem ser deliberadas por meio de um conjunto de ações e programas, desencadeados especialmente pelo Estado, em específico, no caso do Brasil, culminadas pelas esferas federal, estadual e municipal, para o progresso do bem comum.

Permeado por meio desta conjuntura, as questões que conduzem à sapiência deste trabalho buscam averiguar a eficiência dos gastos do governo em políticas públicas, de tal modo a perceber por meio de estimções e utilização de modelos econométricos, as eficiências dessas políticas quanto ao desenvolvimento socioeconômico da população.

Para o que concerne esta análise, são considerados os investimentos em políticas públicas designados ao melhoramento do bem estar social. Isto posto, foi realizado análises específicas em determinadas áreas para apreciação do impacto de eficiência das políticas utilizadas para com a sociedade serratalhadense, foco deste estudo.

Pautado no pensamento de que é possível analisar os indicadores de desenvolvimento econômico, é objetivado identificar a eficácia dos gastos públicos realizados e o impacto socioeconômico proveniente destes para a população de Serra Talhada, no intuito de: (i) analisar a evolução dos indicadores de desenvolvimento no município de Serra Talhada; e (ii) indagar como os gastos sociais realizados reverberaram no bem estar da população analisada.

Com isso, a pesquisa torna-se justificável, já que no Brasil as discussões relacionadas a Políticas Públicas e a eficácias dos investimentos realizados têm sido evidentes nos últimos

anos, a qual vem embasada nas diversas mudanças ocorridas por meio da intensa crise política e econômica de nosso país, possibilitando o avanço de pesquisas sobre a área.

Assim, este estudo consiste em analisar os gastos públicos federais em paralelo aos gastos públicos municipais do município de Serra Talhada, Pernambuco, no período de 2013-2017, que constituem o objeto deste estudo. De tal maneira, serão apreciados dados relacionados com gastos em detrimento com a educação. A estruturação deste trabalho corroborará para além da análise de arcabouços teóricos que serão apresentados também para análises voltadas para o diagnóstico de efetividade e eficácias das políticas públicas adotadas pelo governo, e, conseqüentemente, da eficácia dos órgãos públicos como agente de desenvolvimento social quanto a sua função no cumprimento de suas funções alocativa e distributiva, posto que, quanto maior a aplicabilidade de suas ações, melhor a produção ótima de bens e serviços (RIANI, 2002).

2. REVISÃO DE LITERATURA

Neste tópico serão apresentados os principais princípios econômicos que respaldam a apreciação do arcabouço teórico e conceitos que fundamentam a pesquisa. O objetivo aqui é apresentar um panorama geral sobre os indicadores de desenvolvimento socioeconômico, tendo como ênfase a análise dos gastos públicos e sua eficácia no município de Serra Talhada.

2.1. Abordagem Teórica da Teoria Econômica

Alguns dos questionamentos mais atuais no cotidiano social estão representados pelo uso do “por que?”: Por que existem países desenvolvidos e não desenvolvidos? Por que existem disparidades entre a qualidade de vida da sociedade residente em diferentes localidades de uma mesma região? Por que investir mais recursos em segurança pública ao invés de saúde pública ou educação pública? (VASCONCELLOS, 2004). Cada um desses posicionamentos ocorre em decorrência da economia como uma ciência social que repousa em análises voltadas às necessidades ilimitadas da sociedade em detrimento de recursos limitados disponíveis (MANKIW, 2001), definindo, assim, a tomada de decisões em ênfase ao melhor conjunto de escolhas dentro dos conjuntos possíveis (ROSSETTI, 2016).

2.1.1. Problemas econômicos fundamentais

Perpassados alguns dos principais problemas relacionados quanto à escassez, é necessário compreendermos a precisão com que as escolhas são tomadas quanto aos problemas fundamentais da economia: (i) O que produzir?; (ii) Quanto produzir?; e (iii) Para quem produzir?. Isto acontece pela dificuldade existente em realizar alocações ótimas de bens e serviços, e a eficiência com que estes são distribuídos para a sociedade (PARETTO, 1984).

Para que os problemas econômicos sejam solucionados dentro de padrões sociais aceitáveis, as economias são ajustadas conforme sistemas econômicos, ou organizações econômicas, objetivando as atividades de produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços (VASCONCELLOS, 2004). Assim, para que ocorra minimização das discrepâncias estruturais existentes, o governo, dotado de autonomia concedida pela sociedade de modo legítimo e legal, deve desenvolver políticas que influenciem a promoção da mobilidade social e desenvolvimento da nação (MONTESQUIEU, 2005).

Para Keynes (1983), o governo deve corroborar com as análises relacionadas à política econômica de seu Estado. Dessa forma, devem ser desenvolvidas metas de governo para resolução dos entraves de evolução quanto às variáveis de nível geral de emprego e inflação, ocasionando em distribuição de renda mais igualitária, e acarretando em um crescimento econômico com padrões de estabilidade para a criação de novas políticas econômicas.

O contexto histórico brasileiro diz muito em relação à realidade observada atualmente. Segundo Furtado (2005), no Brasil houve um crescimento econômico voltado ao alargamento

de gastos públicos em benefícios privados, provocando uma inflação crônica, acarretando em aumentos contínuos no nível geral de preços, e causando distorções traduzidas em déficits persistentes na balança de pagamentos.

A relação constante de crescimento econômico atrelado à promoção de gastos introduzidos pela iniciativa privada proporcionou o crescimento da economia brasileira, elevando a renda *per capita* nacional. Entretanto, o aumento na renda *per capita* não refletiu necessariamente em desenvolvimento no padrão de vida da sociedade, visto que aumentos na renda nacional não foram acompanhados igualmente com a diminuição dos níveis de pobreza e desemprego.

Assim, pode-se observar que ainda há um contraste nítido na cultura brasileira no que diz respeito à correlação existente entre crescimento econômico e distribuição de renda. Tal relação é fundamental para promoção de conflitos sociais, conquanto os maiores níveis de perda na renda em momentos de crise são mais bem observados na classe trabalhadora que ganham para a sua subsistência. Dessa forma, o governo brasileiro deve buscar um mecanismo de introdução de políticas econômicas voltado ao aumento da capacidade produtiva, realizando despesas planejadas, permitindo a economia de operar a níveis próximos do pleno emprego, com baixas taxas de inflação e melhor distribuição de renda, minimizando as distorções existentes.

2.2. Correlação entre os Indicadores de Desenvolvimento

O crescimento da renda *per capita*, assim como a diminuição nas taxas de desemprego, inflação ou até mesmo outras variáveis de crescimento econômico, não explica necessariamente o desenvolvimento social de um país. Segundo pesquisa realizada pelo Banco Mundial (1991), pode-se concluir que em países onde há investimento eficiente em educação, diversos indicadores socioeconômicos podem ser melhorados, apresentando correlação positiva entre investimento governamental em educação e aumento na renda da população. Isto pôde ser observado levando em consideração que as amostras populacionais onde foram inseridos aumentos nos gastos governamentais em educação, em principal para as mulheres, que foi o basilar foco de pesquisa do Banco Mundial, foram verificados declínios na variável de taxa de mortalidade infantil, resultando em aumentos na qualidade de vida da população.

Percebendo que o desenvolvimento econômico é reflexo de aumentos dos níveis de vida, a aplicabilidade de políticas públicas, no intuito de amenizar as discrepâncias de concentração de renda existente, pode ocasionar em melhorias sociais e econômicas, corroborando com uma melhor segurança pública e um ambiente sustentável com melhor aproveitamento dos fatores de produção (SOUZA, 2007).

2.2.1. Desigualdade e exclusão social no Brasil

Embora o país tenha apresentado melhorias em seus níveis de crescimento e desenvolvimento após a virada do século XX, muito ainda é discutido em detrimento do antagonismo presente na qualidade de vida e distribuição de renda da sociedade brasileira.

De acordo com Manso (2011), a região Nordeste do Brasil apresenta 59% de sua população vivendo em níveis de pobreza extrema, enquanto que a região Sudeste, que concentra quase metade da população brasileira, apresenta apenas 17% de sua população vivendo em situação de pobreza extrema. Outro dado importante apresentado por Manso é que aproximadamente 75% da população apresentada em níveis da linha de miséria no país estão presentes nas regiões Norte e Nordeste.

Tal panorama presente na estrutura nacional mostra que o Brasil tem conduzido suas políticas públicas de modo pouco eficiente ou até mesmo espúrio, posto que muito dos gastos

públicos destinados pela gestão governamental por meio de seus programas não tem apresentado tendência positiva em detrimento com as receitas destinadas. Desse modo, em consequência da forte crise política e econômica do país, muito tem sido discutido em função da política social como ferramenta propulsora de desenvolvimento nacional.

2.3. Panorama de Serra Talhada

Localizado a aproximadamente 415 km da capital pernambucana, no Sertão do Pajeú, o município de Serra Talhada, com população estimada para 2017, tem 85.568 habitantes (IBGE, 2010). O município possui área de 2.980,006 km², o que lhe confere densidade demográfica estimada em 28,51 hab/km² e configura a 16^a maior economia do estado (IBGE, 2014).

Visto o porte do município em comparação com as demais cidades do sertão pernambucano, algumas taxas e indicadores têm sido apreciados com o decorrer dos anos para investigação empírica da relação entre gastos públicos e crescimento econômico baseado na teoria de crescimento endógeno (BARRO, 1990).

Esta análise pode ser observada, uma vez que no Brasil alguns gastos devem ser realizados exclusivamente pela esfera pública (CÂNDIDO E JOSÉ, 2001), aumentando, assim, a eficiência do setor privado, e corroborando para aumento do produto nacional (BARRO, 1990).

Apresentando padrões econômicos regulares, o município exhibe problemas quanto ao seu desenvolvimento social e distribuição de renda, exibindo indicadores, como IDH e GINI, ainda abaixo do ideal quando comparados com o desenvolvimento nacional (PNUD).

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E UTILIZAÇÃO DE DADOS

Naquilo que corresponde o trabalho, é viabilizado a verificação das políticas públicas no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico do município de Serra Talhada, Pernambuco, localizada na região Nordeste do Brasil. Para tal, foi utilizada uma mensuração de eficiência dessas políticas por meio da fronteira de produção estocástica.

Segundo Aigner, Lovell e Schimidt (1977) e Meeusen e Vand Den BroeBroeck (1977), tal metodologia busca analisar a combinação eficiente dos fatores, estimando-os e obtendo o máximo de suas funções.

A partir do conceito de Farrell (1957), foram desenvolvidas considerações importantes em relação à função de fronteira, sendo possível comparar resultados de um modo de produzir. Desta maneira, é possível compreender eficiência sob dois aspectos: i) eficiência técnica, em que é possível obter maior nível de produção, mantendo o mesmo nível de fatores, ou seja, viabilizando a maximização do produto; e ii) eficiência alocativa, que reflete na alocação eficiente dos recursos, em que combinações ótimas de insumos resultam em um determinado produto. Também é proposta a avaliação da eficiência relativa por meio da distância vertical entre este e a função de fronteira, de acordo com a métrica radical. A métrica corresponde a um número de intervalo entre 0 e 1, e este intervalo corresponderá ao nível de eficiência do produtor que poderá ser relacionado ineficiente ou eficiente (KUMBHAKAR e LOVELL, 2000).

Neste contexto, foi preferida a utilização da metodologia de fronteira estocástica de produção para realização da estimação de eficiência de políticas públicas no município de Serra Talhada, que historicamente possui problemas sociais de caráter estrutural, assim como outras cidades brasileiras.

3.1. Dados Empíricos

Para a análise das políticas públicas e seus impactos na cidade de Serra Talhada, foi realizado um painel balanceado com dados relativos aos gastos públicos por meio do

Ministério Educação (Educação de qualidade para todos). Despendidos por meio da esfera federal para auxílio do município analisado, além de dados relacionados ao bem estar social da população, partir-se-á do pressuposto de que as políticas públicas buscam corroborar com a qualidade de vida da sociedade e que com a elevação na renda, sendo possível, portanto, alavancar o desenvolvimento de um município.

Partindo deste pressuposto, a metodologia proposta por Battese (1992) e Coeli (1995) com especificações do tipo Cobb-Douglas, partem para a função de produção como segue (Equação 1):

$$Y_{it} = \left(e^{\alpha_0} \prod_{j=1}^J X_{itj}^{\alpha_j} \right) e^{v_{it} - u_{it}} \quad \text{Equação 1}$$

4. RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO

Antes de apresentar e transcorrer os resultados obtidos, é necessário compreender que, ao abordar os gastos realizados pela esfera pública, é preciso perceber a correlação existente entre nível de gastos e qualidade atrelados ao uso eficiente de tais investimentos, ou seja, os resultados alcançados ao coeficiente de gastos utilizados.

O Estado de Pernambuco possui 185 municípios. Contudo, nesse trabalho será analisado o município de Serra Talhada, bem como as principais variáveis relacionadas à educação.

Segundo dados apresentados pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), para análise do panorama dos Entes Federativos, no âmbito do município de Serra Talhada (CGU, 2017), os programas do governo e as ações referentes a estas foram criteriosamente examinados, sendo avaliadas por meio de relatório específico de ação de controle.

Por meio dos dispostos provenientes dos anos de 2015 até 2017, foi informado pela Execução da Fiscalização um orçamento efetivo de R\$ 84.683.324,26 disponibilizados pelo Ministério da Educação ao Programa Educação de qualidade para todos.

No que tange avaliar em relação aos dados fornecidos em inclusão à atuação do Ministério da Educação, foram apreciados os referidos programas: (i) o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), que tinha como base a verificação amostral de regularidade dos gastos realizados em relação à simetria dos veículos ofertados para os estudantes; (ii) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), em que se verificou a regularidade com os que a execução dos recursos destinados incidiu no programa; (iii) o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em que foram realizadas verificações em relação ao cumprimentos dos padrões de harmonia dos processos de contratação de bens/serviços; e (iv) Apoio à Infraestrutura para Educação Básica, que verificou a legalidade do Termo de Compromisso PAR nº 201707037, que objetivou a aquisição de 267 computadores portáteis.

Em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), foram constatadas deficiências que ocasionaram à falta de competitividade de seus processos licitatórios. Em detrimento disto, a fiscalização ressaltou, nos exercícios 2016 e 2017, sobrepreços de R\$ 4.154.432,38. Tais falhas atreladas a fatores operacionais propuseram ineficácia na infraestrutura das escolas, impactando, com isso, em todo o público demandante deste Programa.

O impacto de irregularidades também pôde ser visto pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), em que foram identificadas falhas na contratação do transporte escolar para o exercício de 2017. Tais falhas foram observadas à contratação de prestadores

de serviços de transporte escolar que atuavam de modo irregular em relação à manutenção de seus veículos, colocando a vida dos estudantes que dispunham do transporte em risco.

No que compete ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), verificou-se a realização de gastos espúrios na soma de R\$ 202 mil para pagamento de despesas, cujo financiamento já estava assegurado por termo de compromisso específico. Além disto, foi destacado também que os profissionais de magistério temporários contratados pela prefeitura possuem remuneração inferior ao piso salarial da categoria.

A fiscalização da CGU também verificou Termo de Compromisso PAR nº 201707037, em que foram constatadas falhas na aquisição dos microcomputadores destinados a professores do município. Deste modo, foi observado que os eletrônicos não foram repassados aos docentes por um período superior de um ano, estando os equipamentos, portanto, sem uso e sofrendo depreciação.

De tal modo, por meio da fiscalização realizada e disposta pela CGU, em seu Programa de Fiscalização em Entes Federativos disposto pelo Sumário Executivo de Serra Talhada/PE, ficaram constatadas irregularidades na execução de recursos destinados para a prefeitura de Serra Talhada, sendo verificados sobrepreços e superfaturamento na contratação dos bens/serviços, o que repercute na falta de planejamento por parte da gestão municipal em relação a suas despesas condizentes com a infraestrutura disponível.

Os gastos públicos realizados por meio do Ministério Educação, através do Programa Educação de qualidade para todos, abrangido pelo município de Serra Talhada (Gráfico 1), embora ainda nos primeiros anos de atuação, demonstra efeitos no curto prazo ainda ineficazes em relação a fatores relativos a erradicação da pobreza no município.

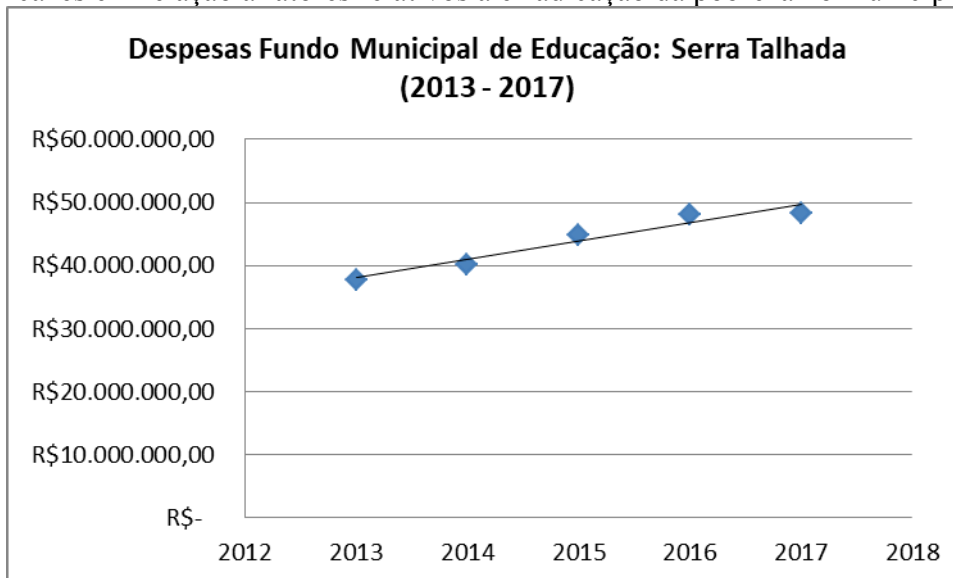


Gráfico 1: Despesas Municipais de Educação: Serra Talhada (2013-2017) .

Elaborado pelo autor.

Fonte: IBGE, 2018

Os efeitos programa educacionais sobre o desempenho escolar foram tratados em trabalhos anteriormente por autores como Brauw et. al. (2012), que mostram melhorias no desempenho escolar de alunos, e assim posteriormente, na qualidade de vida da sociedade em que estão inseridos.

4.1. Impactos no Crescimento e Desenvolvimento Serratalhadense

Uma Apreciação da Relação de Gastos em Políticas Públicas em Educação e as suas Implicações quanto ao Desenvolvimento Socioeconômico no Município de Serra Talhada, Pernambuco.

As análises realizadas através de verificações da CGU por meio do Programa de Fiscalização em Entes Federativos, na esfera do município de Serra Talhada/PE, apontaram disparidades na aplicabilidade de recursos federais. Em face disto, puderam-se ultimar superfaturamentos aferidos, em volta de pelo menos R\$ 1.023.622,53 em todos os programas fiscalizados. Do mesmo modo, também foi observada perda no tocante potencial de R\$ 5.443.951,66 em práticas de sobrepreço, como disposto no Quadro 1 a seguir.

MINISTÉRIO RESPONSÁVEL	PREJUÍZO VERIFICADO (R\$)	PREJUÍZO POTENCIAL (R\$)
Educação	820.204,88	4.889.695,66
Saúde	173.417,65	554.256,00
Cultura	30.000,00	0,00
Total (R\$)	1.023.622,53	5.443.951,66

Fonte: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU)

Elaborado pelo autor

Tais fatores do município de Serra Talhada contribuem para um crescimento desequilibrado, posto que, embora o município tenha a 8ª maior economia do Estado, com uma população economicamente ativa dentro da média brasileira, alguns de seus indicadores ressaltam crescimento desigual ou mesmo não condizente com a elevação anual de seu PIB, o que reverbera que o crescimento local não necessariamente está sendo acompanhado por indicadores de desenvolvimento.

Dados do IBGE (2010) propõem uma proporção de pessoas de baixa renda (rendimentos inferiores a ½ salário mínimo) de 55,27% da sociedade de Serra Talhada. Ou seja, mais da metade da população vive com rendimento inferior ao salário mínimo vigente. É possível observar também que o nível de instrução de pessoas ocupadas (Gráfico 1) da região é satisfatório, de acordo com a realidade brasileira.

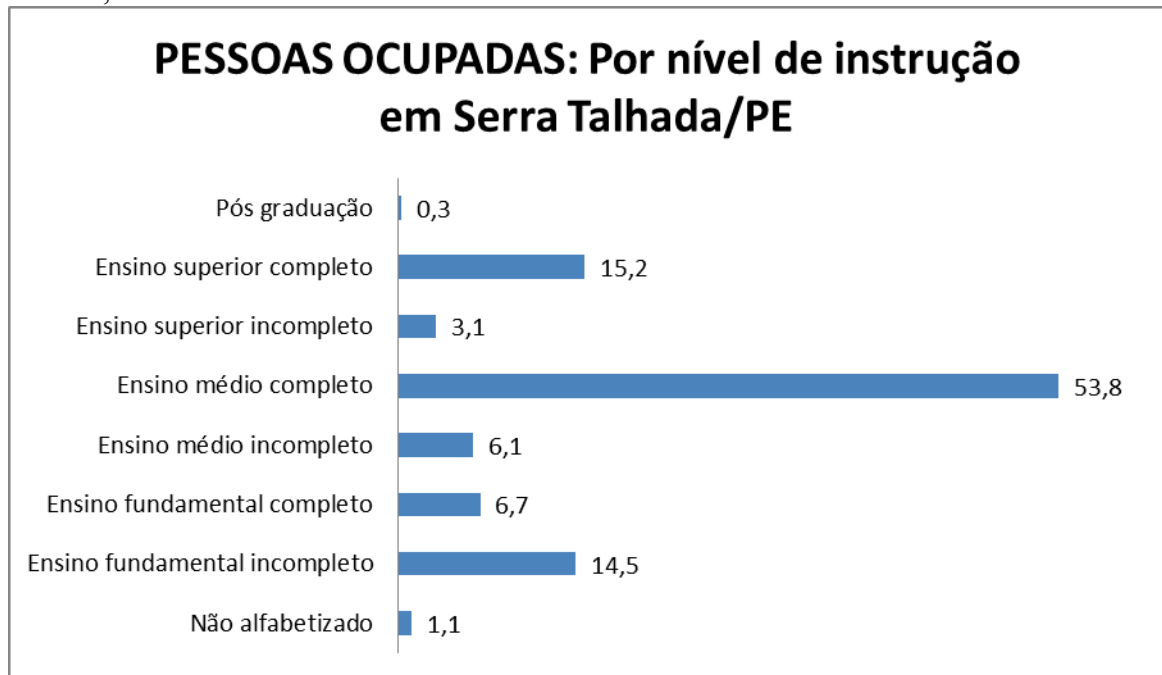


Gráfico 1: PESSOAS OCUPADAS: Por nível de instrução em Serra Talhada/PE.

Elaborado pelo autor.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2016.

Embora o PIB *per capita* municipal tenha crescido nos últimos anos (Gráfico 2), é possível perceber que ainda há desigualdade de renda no município, o que aponta um dos principais problemas a serem tratados pela gestão, posto que possivelmente a cidade prejudicar-se-á por tal desequilíbrio ocasionado pela má gestão de recursos destinados a pilares básico da sociedade.

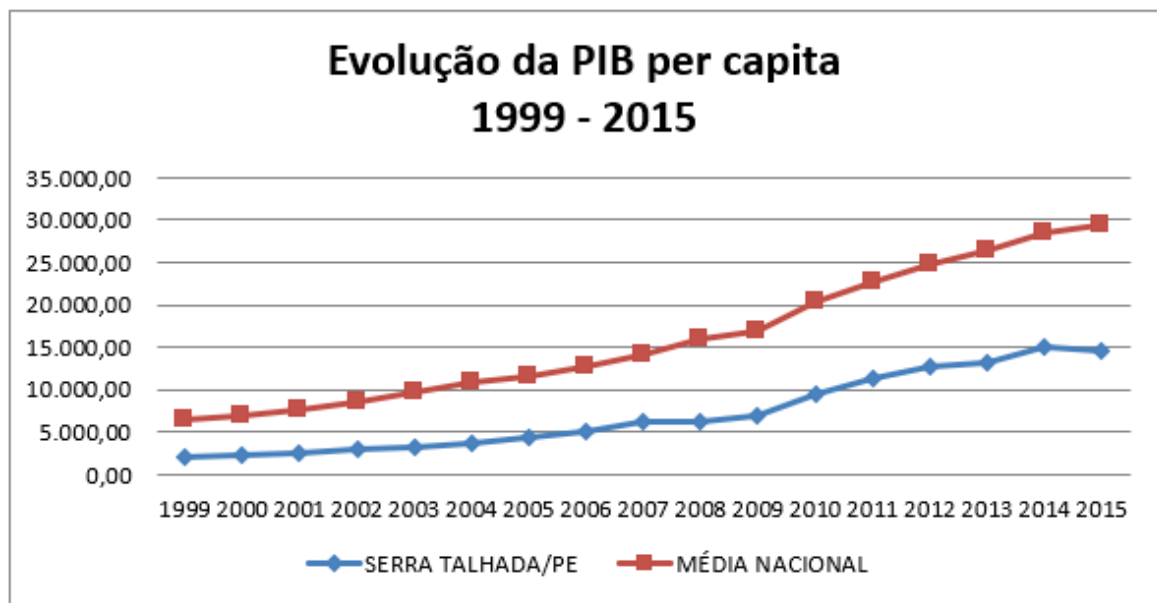


Gráfico 2: Evolução do PIB per capita de Serra Talhada.
Elaborado pelo autor.
Fonte: IBGE (2018).

Embora o PIB per capita municipal tenha crescido nos últimos anos (Gráfico 2), é possível perceber que ainda há desigualdade de renda no município, o que aponta um dos principais problemas a serem tratados pela gestão, posto que possivelmente a cidade prejudicar-se-á por tal desequilíbrio ocasionado pela má gestão de recursos destinados a pilares básico da sociedade.

Por meio dos dados adquiridos para a análise, não é possível identificar de modo claro a incidência dos repasses à educação e os impactos provenientes dos mesmos em relação à situação de pobreza da sociedade, visto que as variáveis não são significativas para o ajuste de modelo.

Os resultados apresentados refletem, de modo geral, reflexos do panorama nacional, mas também quanto ao crescimento do município, em seus principais setores. Com o crescimento dos impostos indiretos, possivelmente a renda e o consumo das famílias serratalhadenses foi elevada a taxas superiores a taxa de crescimento do PIB nacional. Também foi possível observar que, em média, houve redução da pobreza e da desigualdade medida por meio do índice de GINI.

4.2. Resultados Econométricos

Inicialmente, foram verificados os resultados de forma isolada quanto ao PIB *per capita* municipal, embora houvesse escassez de dados, o que deu a inferência alto grau de correlação

entre as variáveis. Para tanto, os dados enganosos, ou como mais conhecidos, *outliers*, foram excluídos da regressão, com exceção de regressões para a mediana.

Dessa forma, as estimações realizadas mostraram que ainda não é possível realizar inferências de forma concreta para, assim, medir o impacto real dos gastos públicos em educação na qualidade de vida da sociedade e em seu bem estar.

4.2.1. Variáveis Socioeconômicas

As estimativas realizadas viabilizaram que há um efeito multiplicador do PIB, em que investimentos em consumo podem gerar sensivelmente indícios de crescimento na renda das famílias.

Embora seja necessária uma base de dados mais apurada, com utilização de mais variáveis, inicialmente o modelo também expõe certo grau de contraste com a literatura, posto que a análise ainda é muito simplória, já que possui caráter de um estudo introdutório. Embora os efeitos no curto prazo sejam difíceis de serem observados, há crescimento da renda e também diminuição da pobreza na cidade de Serra Talhada.

4.2.2. Variável Educacional

As variáveis educacionais inicialmente confirmaram os resultados referentes em relação ao aumento na qualidade de vida da sociedade em relação ao aumento de investimentos relacionados quanto à educação. Isto posto, introdutoriamente, é possível relacionar melhoramento da condição social do município em relação ao investimento realizado em educação, reduzindo, assim, a pobreza no município. Todavia os efeitos relativos quanto ao impacto dessa variável ainda se mostram muito pequenos, podendo outros aspectos, tais como a taxa e ocupação, influenciarem de forma mais positiva as variáveis de bem estar social.

Desse modo, embora os efeitos ocasionados pelo investimento em educação estejam correlacionados de modo positivo com as variáveis de bem estar social, seus impactos ainda demonstram ser pouco significativos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos avaliar os efeitos do Programa Educação de qualidade para todos sobre indicadores municipais de desenvolvimento socioeconômico. Desse modo, foram analisados os anos de 2000 a 2017, todavia buscamos focar nos anos de 2013 a 2015, onde os impactos foram mais evidentes em relação às variáveis tratadas.

A apreciação realizada, embora ainda que sintética, visto a inviabilidade para consulta e avaliação de dados, pode ressaltar futuras pesquisas e projetos na área e sua correlação sobre o investimento em educação de base e seus efeitos em capital humano no curto e longo prazo. Através dessa relação poder-se-á integralizar alguns entraves quanto à erradicação da pobreza.

Há uma produção relativamente ampla em relação aos efeitos dos investimentos sociais na qualidade de vida da sociedade, incluindo a minimização da pobreza e desigualdade. Dessa forma, é possível que, no longo prazo, políticas de investimento em educação possam impactar de modo significativo as variáveis socioeconômicas do município analisado.

Referências Bibliográficas

AIGNER, D. J.; LOVELL, C.A.K.; SCHMIDT, P. Formulation and Estimation of Stochastic frontier Production Function Models. **Journal of Econometrics**, vol. 6, p. 21- 37. North-Holland, 1977.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 4^a ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. World Bank, May 2018. Disponível em: <http://www.worldbank.org/data>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BRAUW, A. de, GILLIGAN, D., HODDINOTT, J., ROY, S. Bolsa Família and household labor supply. **Manuscript**, IFPRI, 2012.

BARRO, R. J., Government Spending in a Simple Model of Endogenous Growth, **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, p. S103-S125, 1990.

BATTESE, G., COELLI, T. Frontier Production Functions, Technical Efficiency and Panel Data: With Application to Paddy Farmers in India, **Journal of Productivity Analysis**, 1992.

BRAUW, A; GILLIAN. D; HODDINOTT. J; ROY.S. The impact of Bolsa Família on Schooling. **IFPRI Discussion Paper**, 2014.

BRUE, S. L. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Editora Thomson Pioneira, 1. ed., 2004.

CANDIDO JUNIOR, J. O., GASTOS PÚBLICOS NO BRASIL SÃO PRODUTIVOS?, **IPEA**, N. 03, 2011.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 32. ed., v. 23, 2005.

IBGE. Cidades: Panorama Serra Talhada. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/serra-talhada/panorama>. Acesso em: 10 jan. de 2018.

LETTIERI, M.; PAES, N.L. **Medidas de Pobreza e Desigualdade**: Uma Análise Teórica dos Principais Índices. Série Ensaio Sobre Pobreza. n. 02, CAEN. Fortaleza, 2006.

KEYNES, John Maynard. (1935). **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultura (Coleção Os Economistas), 1983.

KUMBHAKAR, S.C; LOVELL, C.A.K. **Stochastic frontier analysis**. Cambridge UK: Cambridge University Press, 2000.

MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução à Economia**: Princípios de Micro e Macroeconomia. 2. ed. 872 p. São Paulo: Elsevier, 2001.

MANSO, G. Motivating Innovation, **The Journal of Finance**, v. 66, n. 5, p. 1823-1860, 2011.

MONTESQUIEU, C. A. **O Espírito das Leis**. 3. ed. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NOGUEIRA, V. M. R.; FAGUNDES, H. S., IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA QUESTÃO EM DEBATE, **SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**, 2015.

PARETO, V. **Manual de Sociologia Política**. São Paulo, Abril Cultura, Col. Os Economistas, 2 Volumes, 1984.

REZENDE, F. A. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

Uma Apreciação da Relação de Gastos em Políticas Públicas em Educação e as suas Implicações quanto ao Desenvolvimento Socioeconômico no Município de Serra Talhada, Pernambuco.

RIANI, F. **Economia do Setor Público**: uma abordagem introdutória. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 21. 992 p. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SOUZA, B. R. J. MARTINS, X., **Economic growth and convergence across the United States**. Technical report, NBER, Cambridge: Massachusetts. National, 1990.

VASCONCELLOS, Marco Antônio S. **Economia**: Micro e Macro. 4. 529 p. Ed. São Paulo: Elsevier, 2004.